

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
Em 01 de novembro e 31 de dezembro de 2014  
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2014	01/11/2014
<b>CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>166.063</b>	<b>165.008</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b> .....	<b>98.800</b>	<b>98.829</b>
<b>BANDES - Depósitos de Livre Movimentação (4)</b> .....	<b>98.800</b>	<b>98.829</b>
Imposto de Renda .....	46.991	46.445
ICMS .....	45.681	46.328
SIF .....	6.128	6.056
<b>REPASSES INTERFINANCEIROS</b> .....	<b>42.766</b>	<b>41.474</b>
<b>Devedores por Repasses a Agentes Financeiros (6)</b> .....	<b>42.766</b>	<b>41.474</b>
BANDES .....	42.766	41.474
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b> .....	<b>24.497</b>	<b>24.705</b>
<b>Títulos de Renda Fixa</b> .....	<b>17.274.424</b>	<b>16.295.904</b>
<b>Debêntures da Carteira Própria (5b)</b> .....	<b>17.274.424</b>	<b>16.295.904</b>
Debêntures Conversíveis em Ações - Normais .....	1.540	1.517
Debêntures Conversíveis em Ações - Em Atraso .....	7.800.741	7.359.614
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - Lei 8.167/91 .....	9.467.380	8.930.171
Debêntures Não Conversíveis em Ações - Em Atraso - MP 2.199/01 .....	4.763	4.602
<b>Títulos de Renda Variável (5a)</b> .....	<b>85.461</b>	<b>85.461</b>
Ações da Carteira Própria .....	81.817	81.817
Cotas de Outros Fundos .....	3.644	3.644
<b>(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS</b> .....	<b>(17.335.388)</b>	<b>(16.356.660)</b>
(-) Títulos de Renda Fixa .....	(17.272.884)	(16.294.156)
(-) Títulos de Renda Variável .....	(62.504)	(62.504)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b> .....	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Rendas a Receber</b> .....	<b>44</b>	<b>44</b>
<b>Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber</b> .....	<b>44</b>	<b>44</b>
Ações da Carteira Própria .....	44	44
<b>(-) Provisão para Rendas a Receber</b> .....	<b>(44)</b>	<b>(44)</b>
<b>(-) Dividendos - Juros s/ Capital Próprio a receber</b> .....	<b>(44)</b>	<b>(44)</b>
(-) Ações da Carteira Própria .....	(44)	(44)
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....	<b>166.063</b>	<b>165.008</b>
<b>COMPENSAÇÃO</b> .....	<b>168.305</b>	<b>168.305</b>
Depositários de Valores em Custódia .....	168.305	168.305
<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>1/11/2014</b>
<b>CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>259</b>	<b>259</b>
<b>Outras Obrigações (9)</b> .....	<b>259</b>	<b>259</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (10)</b> .....	<b>165.804</b>	<b>164.749</b>
<b>Recursos de Incentivos Fiscais</b> .....	<b>9.428</b>	<b>9.428</b>
<b>Cotistas</b> .....	<b>3.283</b>	<b>3.283</b>
Cotas Emitidas .....	3.283	3.283
<b>Resultados Acumulados</b> .....	<b>153.093</b>	<b>152.038</b>
<b>Resultados de Exercícios Anteriores</b> .....	<b>152.038</b>	<b>148.066</b>
<b>Resultado do Exercício</b> .....	<b>1.055</b>	<b>3.972</b>
Lucro do Exercício/Prejuízo .....	1.055	5.137
Variação de Cotas Permutadas em Leilão .....	-	(1.165)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>166.063</b>	<b>165.008</b>
<b>COMPENSAÇÃO</b> .....	<b>168.305</b>	<b>168.305</b>
Valores Depositados em Custódia .....	168.305	168.305

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua >>>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2014  
(Em milhares de Reais)

	2014
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>979.791</b>
Remuneração s/ Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição .....	1.168
<b>Rendas de Títulos de Renda Fixa</b> .....	<b>978.520</b>
Custos Básicos .....	615
Encargos Financeiros .....	105
Encargos sobre Atraso .....	977.800
<b>Rendas de Operações de Repasse</b> .....	<b>103</b>
BANDES .....	103
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>(978.736)</b>
<b>Despesas de Provisões</b> .....	<b>(978.728)</b>
Títulos de Renda Fixa .....	(978.728)
<b>Outras Despesas</b> .....	<b>(8)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>1.055</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014  
(Em milhares de Reais)

	01/11 a 31/12/2014
<b>SALDO ANTERIOR</b> .....	<b>24.705</b>
<b>DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - NORMAIS (Carteira Própria)</b> .....	<b>23</b>
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros .....	23
<b>DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - EM ATRASO (Carteira Própria)</b> .....	<b>441.127</b>
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e sobre Atraso .....	441.127
<b>DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES - EM ATRASO (Carteira Própria)</b> .....	<b>537.370</b>
(+) Custos Básicos/Encargos Financeiros e sobre Atraso .....	537.370
<b>(-) PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS</b> .....	<b>(978.728)</b>
<b>Títulos de Renda Fixa:</b> .....	<b>(978.728)</b>
(-) Constituição .....	(978.728)
<b>SALDO FINAL</b> .....	<b>24.497</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2014  
(Em milhares de Reais)

	01/11 a 31/12/2014
<b>SALDO ANTERIOR</b> .....	<b>164.749</b>
<b>MAIS:</b> .....	<b>1.055</b>
Resultado do Exercício .....	1.055
<b>MENOS:</b> .....	<b>0</b>
Venda em Leilão de Títulos da Carteira .....	0
Resgate de Ações SIF .....	0
Variação de Cotas Permutadas em Leilão .....	0
<b>SALDO FINAL</b> .....	<b>165.804</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECUSOS

Em 31 de dezembro de 2014  
(Em milhares de Reais)

	01/11 a 31/12/2014
<b>SALDO ANTERIOR</b> .....	<b>98.828</b>
<b>ENTRADAS NO PERÍODO (A)</b> .....	<b>2.739</b>
Remuneração s/Disponibilidades e Depósitos Vinc. à Subscrição .....	1.168
Repasse/Encargos Financeiros .....	1.571
<b>SAÍDAS NO PERÍODO (B)</b> .....	<b>(2.767)</b>
Ordens de Liberação Emitidas - Repasse .....	(2.759)
Outras Despesas .....	(8)
<b>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES (A-B)</b> .....	<b>(28)</b>
<b>SALDO FINAL</b> .....	<b>98.800</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em dezembro de 2014  
(Em milhares de Reais)

### 1. Contexto Operacional

O FUNDES – Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo foi instituído pela Lei 9.968 de 27 de dezembro de 2012 para recepcionar os recursos do FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo, encerrado em 14 de outubro de 2014, por meio da Portaria nº 363 do Ministério da Integração Nacional.

Em 07 de agosto de 2014, o Fundo teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei 10.262. O patrimônio do

FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

### 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em conformidade com as normas legais e regulamentares estabelecidas para o Fundo, e com práticas contábeis adotadas no Brasil, não sendo requerida a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado.

As Demonstrações Contábeis evidenciam a posição patrimonial de 01 de novembro de 2014 comparativas a 31 de dezembro de 2014, correspondentes à data contábil em que o FUNDES recebeu em transferência as competências, direitos e deveres do extinto FUNRES e a data de término de seu exercício social.

Em função de recente instituição do FUNDES, e enquanto não sobrevém legislação específica para suas operações, as práticas contábeis: provisão para desvalorização de títulos de renda fixa e variável, avaliação da carteira de títulos e apropriação das rendas de debêntures, continuam fundamentadas na legislação aplicada ao extinto FUNRES.

### 3. Principais Práticas Contábeis Adotadas

#### a. Resultado das Operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

#### b. Direitos

Constituídos por repasses interfinanceiros e debêntures. Estão demonstrados pelos valores de realização, com apropriação dos rendimentos em base *pro rata die* até o encerramento do balanço.

#### c. Participação em Ações

As participações em ações estão registradas pelo custo histórico e reduzidas por provisões para perdas, combinadas com as seguintes prescrições:

- Os dividendos das participações acionárias quando declarados e aprovados em assembleia geral de acionistas são contabilizados na rubrica "Rendas de Títulos de Renda Variável";
- As variações patrimoniais da carteira de ações são contabilizadas nas rubricas "Valorização da Carteira de Ações" (se positivas), e "Desvalorização da Carteira de Ações" (se negativas);
- A provisão para desvalorização da carteira é contabilizada nas contas de Resultado do Exercício.

#### d. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Variável

A provisão para desvalorização da carteira de ações é realizada com base em critérios diferenciados de pontuação, considerando-se fatores determinantes do risco de cada empreendimento, porte e performance do setor de atuação, características da estrutura administrativo-organizacional, níveis de operação relativos à capacidade instalada, e também, no critério estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional, que determina a constituição de provisão no percentual de 100% (cem por cento) do valor contábil das ações, para as empresas que não remeterem as demonstrações contábeis do exercício social até o dia 31 de dezembro do exercício imediatamente posterior.

#### e. Provisão para Desvalorização de Títulos de Renda Fixa

A provisão para perdas com debêntures é constituída de acordo com os seguintes critérios: 100% das parcelas vencidas para as debêntures com prazo de inadimplimento a partir de 60 dias, conforme estabelecido na Portaria nº 118, de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional e 100% do valor das parcelas vencidas e vincendas para as debêntures em cobrança judicial e daquelas cujos projetos estejam paralisados ou inacabados.

#### f. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

### 4. Disponibilidades no Banco Operador

As disponibilidades R\$ 98.800 são remuneradas conforme art. 4º da Lei 10.262 de 08 de agosto de 2014 mediante aplicação taxa idêntica a adotada na caderneta de poupança. No exercício de 2014, a remuneração auferida sobre os recursos disponíveis totalizou R\$ 1.168.

### 5. Carteira de Títulos

#### a. Ações

Referem-se às participações societárias oriundas da subscrição e integralização de ações e da conversão de debêntures. A avaliação dos títulos é efetuada periodicamente com base nas disposições contidas no art. 7º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com redação dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, Decreto nº 101, de 17 de abril de 1991, Resolução nº 1.660 de 20 de outubro de 1989, do Banco Central do Brasil e Portaria nº 118 de 29 de maio de 2001, do Ministério da Integração Nacional.

Para efeito de avaliação, as ações serão computadas pela cotação média do último dia de negociação, na hipótese de ações cotadas em Bolsa, ou pelo valor patrimonial, com base no balanço da empresa do último exercício. Não houve constituição de provisão para desvalorização no período até dezembro de 2014.

#### b. Debêntures

A remuneração das debêntures é efetuada com base nos índices contratuais (especificamente a TJLP), acrescidos de juros de 4% ao ano, apropriados mensalmente em base *pro-rata-die*, a crédito de contas de resultado, sob o título "Rendas de Títulos de Renda Fixa". Para as debêntures provenientes de processos de renegociação efetuados com base na Medida Provisória nº 2.199 de

24 de agosto de 2001, e alterações posteriores, a remuneração é de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) ao ano. Essa remuneração é condizente com os encargos financeiros dos Fundos Constitucionais de Financiamento exigidos para empreendimentos de médio porte.

As debêntures conversíveis em ações podem ser convertidas após a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado, e publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo. As debêntures não conversíveis têm prazo médio total de sete anos para pagamento.

Atendendo à Medida Provisória nº 2.199/2001, e alterações posteriores, é utilizada somente a modalidade de subscrição de debêntures conversíveis em ações. A conversão deve efetivar-se integralmente no prazo de um ano a contar da data de emissão do Certificado de Empreendimento Implantado.

A provisão para desvalorização constituída até dezembro de 2014 foi de R\$ 978.728.

## 6. Repasses Interfinanceiros

### a. Financiamentos

Representam os valores repassados ao agente financeiro Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES.

Remuneração	Quantidade de Operações	Saldo das Operações (R\$)	% de Representatividade
	2014	2014	2014
TJLP .....	–	–	–
0,5% .....	83	16.469	38,5
1,00% .....	52	14.419	33,7
2,00% .....	7	4.126	9,7
2,75% .....	165	1.732	4,0
4% .....	203	6.020	14,1
<b>Total .....</b>	<b>510</b>	<b>42.766</b>	<b>100</b>

As apropriações dos encargos mensais são contabilizadas a crédito de “Rendas de Operações de Repasse”.

O Fundo não constituiu provisão para perdas em “Financiamentos”, devido à inexistência de atrasos nos pagamentos e ao baixo risco de crédito do agente financeiro.

## 7. Remuneração do Banco Operador

O Art. 11. do Decreto 3669-R de 16 de outubro de 2014 define a remuneração do BANDES, pelo desempenho de suas funções em 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano sobre o patrimônio líquido do Fundo, apurado em 31 de dezembro do exercício anterior, podendo ser debitado em parcelas mensais.

## 8. Relações com o Banco Operador

	Ativos e (Passivos)	Receitas e (Despesas)
	2014	2014
Disponibilidades no Banco Operador.....	98.800	–
Rendas sobre Disponibilidades de Recursos.....	–	1.168

## 9. Passivo Circulante

Corresponde aos recursos pertencentes às empresas incentivadas oriundos de devolução de taxa de análise conforme determinado no Acórdão nº. 2.236/2006 do Tribunal de Contas da União.

## 10. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido R\$ 165.804 é constituído dos grupos e subgrupos: recursos de incentivos fiscais, cotistas, resultados acumulados, resultados de exercícios anteriores e resultado do exercício.

**CARLOS MAGNO ROCHA DE BARROS**

Diretor Presidente Interino/Diretor de Crédito e Fomento

**LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA**

Diretor de Administração e Finanças

**VALDIR DOS SANTOS**

Contador CRC-ES 13.555/O-ES

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

AOS

ADMINISTRADORES E QUOTISTAS DO

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (FUNDES)

(Instituído pela Lei Estadual nº 10.262/2014 e Operado

pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A. BANDES).

VITÓRIA – ES

Examinamos as demonstrações contábeis FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (FUNDES), que compreendem o balanço patrimon-

nial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, da evolução dos títulos e valores mobiliários, da evolução do patrimô-

Continua >>>

nio líquido e da movimentação dos recursos para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (FUNDES) é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Fundos de Investimentos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (FUNDES) para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (FUNDES). Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (FUNDES), bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (FUNDES) em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho das suas operações para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimentos Regionais.

### **Ênfase**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 2, em 07 de agosto de 2014, o FUNDO teve novo ordenamento jurídico, com a edição da Lei nº 10.262. O patrimônio do FUNDES é operacionalizado e gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES. As Demonstrações Contábeis evidenciam a posição patrimonial de 1º de novembro de 2014 comparativas a 31 de dezembro de 2014, correspondentes à data contábil em que o FUNDES recebeu em transferência as competências, direitos e deveres do extinto FUNRES e a data de término do seu exercício social. Em função de recente instituição do FUNDES, e enquanto não sobrevém legislação específica para suas operações, as práticas contábeis: provisão para desvalorização de títulos de renda fixa e variável, avaliação da carteira de títulos e apropriação das rendas de debêntures, continuam fundamentadas na legalização aplicada ao extinto FUNRES. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Vitória, 11 de março de 2015.

**UHY MOREIRA – AUDITORES**

CRC RS 3717 S ES

**PAULO FERNANDO MOREIRA**

Contador CRC RS 12085 T SP S ES

CNAI Nº 1008

Diretor Superintendente